



**(DES)EMPODERAMENTO DAS MULHERES
RURAS DO ESTADO DO TOCANTINS A PARTIR
DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO
RURAL “PRONAF”**

**(DIS)EMPOWERMENT OF RURAL WOMEN IN THE STATE OF TOCANTINS
THROUGH ACCESS TO THE PUBLIC RURAL CREDIT POLICY “PRONAF”**

(DES)EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS DO ESTADO DO TOCANTINS A PARTIR DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO RURAL “PRONAF”

(DIS)EMPOWERMENT OF RURAL WOMEN IN THE STATE OF TOCANTINS THROUGH ACCESS TO THE PUBLIC RURAL CREDIT POLICY “PRONAF”

Cláudia da Luz Carvelli¹ | Temis Gomes Parente²

Recebimento: 20/11/2023

Aceite: 07/05/2024

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional (UFT).
Docente da Universidade de Gurupi. Gurupi – TO, Brasil.
E-mail: claudiacarvelli@hotmail.com

² Doutora em História (UFPE).
Docente da Universidade de Tocantins. Palmas – TO, Brasil.
E-mail: temis@uft.edu.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o programa de crédito rural Pronaf como um instrumento de empoderamento das mulheres rurais no estado do Tocantins. Os contratos do período de 2013 a 2020 do Pronaf Mulher de diferentes municípios foram analisados. O problema de pesquisa foi compreender como o Pronaf atua como um agente de empoderamento das mulheres rurais no Tocantins, visando a promoção da sua autonomia econômica, política e social. A metodologia utilizada incluiu a análise de documentos e entrevistas com base na proposta de História Oral. As entrevistas foram realizadas em comunidades rurais de Vale Verde e Três Lagoas, respectivamente. A análise dos dados foi feita a partir de um referencial teórico que considerou as teorias de empoderamento das mulheres, incluindo fatores como acesso à informação, capacitação e recursos financeiros. Os resultados demonstram que o Pronaf proporcionou melhorias nas dimensões econômicas, sociais, pessoais e políticas das mulheres rurais do Tocantins. No entanto, verificou-se que a maioria das pessoas não tem acesso ao crédito rural, o que indica que o programa atingiu apenas parcialmente seus objetivos. O acesso a recursos financeiros foi apontado como um fator crucial para o empoderamento econômico das mulheres rurais, mas elas enfrentaram dificuldades na obtenção de crédito. É possível concluir que é necessário ampliar o acesso à informação, à capacitação e aos recursos financeiros para promover o empoderamento das mulheres rurais no Tocantins e lidar com as diferenças no acesso ao crédito rural, levando em consideração as particularidades de cada região.

Palavras - chave: Empoderamento Feminino. Mulheres Rurais. Pronaf Mulher. História Oral.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the Pronaf rural credit program as an instrument for empowering rural women in the state of Tocantins. Pronaf Mulher contracts from 2013 to 2020 from different municipalities were analyzed. The research problem was to understand how Pronaf acts as an agent of empowerment for rural women in Tocantins, including promoting their economic, political and social autonomy. The methodology used included the analysis of documents and interviews based on the Oral History proposal. The interviews were carried out in rural communities in Vale Verde and Três Lagoas, respectively. Data analysis was carried out based on a theoretical framework that considers theories of women's empowerment, including factors such as access to information, training and financial resources. The results demonstrated that Pronaf provided improvements in the economic, social, personal and political dimensions of rural women in Tocantins. However, the majority of people do not have access to rural credit, which indicates that the program only partially achieved its objectives. Access to financial resources was identified as a crucial factor in the economic empowerment of rural women, but they faced difficulties in obtaining credit. It is possible to conclude that it is necessary to expand access to information, training and financial resources to promote the empowerment of rural women in Tocantins and deal with differences in access to rural credit, taking into account the particularities of each region.

Key-words: Female Empowerment. Rural Women. Pronaf Woman. Oral History.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados mais relevantes da tese de doutorado, que abordou a política de crédito Pronaf Mulher no estado do Tocantins. O objetivo é investigar se a linha de crédito tem contribuído para o empoderamento das mulheres rurais, beneficiadas entre os anos de 2013 a 2020.

De acordo com Lagarde (1996), o conceito de empoderamento feminino sob uma perspectiva feminista, implica na redistribuição dos poderes sociais, alterando os mecanismos pelos quais esses poderes são criados e reproduzidos. Essa alteração tem como objetivo desconstruir a opressão e a desapropriação de gênero, de modo a criar forças democráticas. O empoderamento das mulheres é entendido como um processo de conquista da autonomia e da autodeterminação, o que significa a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal que se desenvolveram ao longo da história.

O conceito de empoderamento é fundamentado na autonomia econômica e na relação entre as posições de negociação entre os homens e as mulheres na família, na comunidade e na sociedade



(Deere; León, 2002). Essas posições são relevantes, uma vez que a autonomia econômica diz respeito à capacidade das mulheres terem controle sobre seus recursos financeiros e meios de subsistência.

Dessa forma, a autonomia econômica feminina tem um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na superação das diferenças. Ao ter acesso a recursos econômicos e oportunidades de trabalho remunerados, as mulheres tornam-se menos dependentes dos homens e têm maior capacidade de tomar decisões que impactam suas vidas. No entanto, para se desenvolver a autonomia econômica feminina, é necessário facilitar o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica (Butto *et al.*, 2014).

Nesse cenário, a mulher rural pode ter acesso a crédito para investir, gerar renda e participar de espaços públicos, aumentando o seu conhecimento e as suas relações sociais (Silva, 2019). O aumento do envolvimento feminino contribui para o aumento do capital social e cultural das mulheres, o que é considerado fundamental para o desenvolvimento da autonomia (Hernández, 2009). Para que isso se realize, é necessário modificar o *habitus* (Bourdieu, 1989), incluindo a postura da mulher em relação à família e à sociedade, bem como a dinâmica familiar, por meio da conscientização, participação, do acesso e controle de recursos.

As lutas sociais para o empoderamento das mulheres na zona rural resultaram em um dos eventos mais relevantes para as políticas públicas: a criação de uma linha de crédito para as mulheres do campo dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Mulher – criado pelo Governo Federal com o objetivo de dar visibilidade às atividades dessas mulheres.

A criação da linha de crédito é considerada um avanço no que diz respeito às conquistas das mulheres rurais, uma vez que o direito de tomar decisões sobre sua própria vida depende da assistência financeira. Além disso, as mulheres têm se organizado para que possam construir processos de empoderamento a partir do seu protagonismo.

Dessa forma, as questões que dizem respeito à diminuição das diferenças sociais e econômicas são relevantes, pois promovem a inclusão social e a melhoria das condições de vida das pessoas, especialmente das mulheres rurais, que são o foco desta pesquisa. Diante desses fatores, a questão central desta pesquisa é: como o Pronaf atua como um agente de empoderamento das mulheres rurais no Tocantins, com o objetivo de promover sua autonomia econômica, política e social?



AS TEORIAS DE EMPODERAMENTO FEMININO

As teorias de empoderamento feminino concentram-se em aumentar o protagonismo feminino e a igualdade de gênero. Contudo, é importante ter em mente que esse processo abrange diversas esferas, como as econômicas, políticas, sociais e psicológicas.

A Teoria das Capacidades, desenvolvida por Amartya Sen (2000), enfatiza a importância de assegurar às mulheres as condições e oportunidades necessárias para exercer plenamente seus direitos e potencialidades. A educação, saúde e a igualdade de gênero, são fundamentais para alcançar um empoderamento real e duradouro.

A Teoria da Emancipação, criada por Naila Kabeer (1999), enfatiza a luta contra as opressões e desigualdades que limitam a liberdade e a autodeterminação das mulheres. A autora concentra sua teoria em quatro aspectos fundamentais para o empoderamento, como o acesso a recursos econômicos, a participação política, a autonomia e a visibilidade social. Dessa forma, essa teoria sugere que a transformação social e econômica é fundamental para o empoderamento das mulheres rurais, incluindo o acesso a recursos econômicos e políticos, como o Pronaf, para que possam participar de forma plena da agricultura familiar e economia local, tomar decisões informadas e controlar suas próprias vidas.

A Teoria Multidimensional, desenvolvida por Martha Nussbaum (2012), enfatiza que o empoderamento feminino envolve diversas dimensões da vida das mulheres, como a econômica, política, social e psicológica, a fim de compreender de forma completa as necessidades e desafios das mulheres rurais. De acordo com a autora, o acesso a recursos financeiros e políticas públicas é fator relevante para o empoderamento das mulheres rurais, mas também é necessário considerar outras dimensões, como a autonomia e a autoestima, para atingir um empoderamento verdadeiro e completo.

A Teoria da Capacitação, criada por Robert Chambers (1994), foca no desenvolvimento de habilidades e competências femininas para que possam tomar decisões informadas e exercer o controle sobre suas vidas. O autor divide essa teoria em quatro dimensões: econômica, cognitiva, política e social. A partir dessa teoria, compreende-se que o acesso a recursos financeiros e políticas públicas, como o Pronaf, é uma parte fundamental do processo de empoderamento, mas é crucial proporcionar às pessoas habilidades e ferramentas para que possam utilizá-los de forma eficiente, permitindo que elas participem da economia local e das decisões políticas.



A Teoria do Lugar de Fala, também conhecida como Teoria da Posição, é um conceito desenvolvido pelo feminismo e pelos estudos das relações étnico-raciais. A ideia de lugar de fala ganhou notoriedade no Brasil com o livro da escritora e filósofa Djamila Ribeiro (2017), para a qual o conceito remete ao local de fala do enunciador, considerando aspectos como a realidade social, financeira e pessoal ao proferir um discurso sobre um tema específico. Essa teoria é relevante para compreender como as mulheres rurais são marginalizadas e silenciadas devido às suas posições sociais. É fundamental que elas sejam ouvidas e tenham suas perspectivas consideradas ao se tomar decisões em relação à agricultura e ao desenvolvimento rural. Dessa forma, ela torna-se relevante para o empoderamento das mulheres rurais, para a promoção da igualdade de gênero e para a inclusão das mulheres na agricultura.

BREVE PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO RURAL

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995 pelo governo brasileiro, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais através do fortalecimento da agricultura familiar. A sua elaboração foi fundamentada no princípio da política de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e na diversificação de cultivos.

O programa oferece crédito e assistência técnica para agricultores familiares, com taxas de juros diferenciadas, o que os permite ter acesso ao crédito para investir e comercializar seus produtos. Além disso, oferece capacitação e assistência técnica para auxiliar os agricultores a aumentar sua produção e renda (Schneider; Gazella; Mattei, 2020).

No início do Pronaf, as mulheres eram minoria, representando apenas 10,4% dos contratos e 11,2% dos financiamentos. Diante disso, os movimentos sociais rurais, especialmente os de mulheres, demandaram mudanças. Com isso, o Pronaf sofreu diversas modificações ao longo dos anos, incluindo a adição de novas linhas de crédito para atender à diversidade da agricultura familiar. Uma das linhas é o Pronaf Mulher, lançado em junho de 2003 e que foi incorporado às políticas de promoção da igualdade de gênero no ano seguinte. O objetivo desse programa é promover a visibilidade às atividades das mulheres rurais, incentivando sua emancipação e autonomia econômica.



Os estudos mostram que o Pronaf tem aumentado a participação das mulheres rurais nas decisões referentes à agricultura familiar, bem como o acesso a recursos financeiros e técnicos, tornando-as mais independentes financeiramente e capazes de investir em suas propriedades e negócios (Silva, 2019). Além disso, é notório que o Pronaf tem contribuído para aumentar a inclusão das mulheres nas cadeias produtivas, permitindo-lhes acesso a novos mercados e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. Dessa forma, aumenta-se o rendimento das mulheres rurais, o que tem um impacto positivo na sua qualidade de vida e na segurança alimentar de suas famílias (Spanevello *et al.*, 2021).

De acordo com os estudos de Brito (2020), Gama (2008), Writzl (2021) e Zorzi (2008), é possível notar a relevância do Pronaf para o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais e, particularmente, para o desenvolvimento dos agricultores familiares. A política de crédito à agricultura familiar é percebida como um instrumento que contribui para o desenvolvimento dessa área. Contudo, é recomendado rever os subprogramas do Pronaf, uma vez que os produtores de baixa renda e com maiores dificuldades produtivas têm acesso limitado aos recursos do programa. Ajustes e aperfeiçoamentos nos subprogramas podem aumentar a eficiência e equidade do Pronaf, permitindo que mais agricultores de baixa renda e com maior dificuldade produtiva possam participar.

O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL E DE GÊNERO DA AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS

O Tocantins, localizado na região norte do Brasil, tem características que influenciam tanto sua dinâmica econômica quanto seus aspectos socioculturais. A agricultura é um setor vital na economia do estado, sendo responsável por uma parcela significativa da produção e geração de empregos (Calado; Silva, 2020). No entanto, é necessário compreender as peculiaridades desta atividade agrícola e a relação entre elas e as desigualdades de gênero na sociedade tocantinense.

O Tocantins apresenta uma estrutura produtiva predominantemente voltada para a agricultura e a pecuária. A agricultura é um dos pilares da economia local, com destaque para a produção de grãos, como soja, milho e arroz, além de frutas, legumes e verduras. A pecuária, sobretudo a bovina, desempenha um papel relevante no cenário econômico.



Nascimento, Souza e Oliveira (2021) apontaram que os municípios do Tocantins apresentam características distintas no que diz respeito ao setor econômico, que abrange, além da agricultura e da pecuária, a produção de caju, grãos, carne e leite, soja e algodão. O estado também apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, como ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural.

Apesar da variedade, é importante salientar que as características socioeconômicas do estado são influenciadas pelas diferenças regionais e pelas desigualdades de gênero. Enquanto algumas áreas apresentam um maior desenvolvimento e acesso a recursos, outras enfrentam dificuldades socioeconômicas. As desigualdades estão presentes tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, onde a distribuição de renda e a oferta de serviços públicos, em geral, apresentam uma distribuição de renda assimétrica (Coelho, 2020).

A principal dificuldade enfrentada pelas mulheres rurais no Tocantins é o acesso e a posse da terra. A propriedade e o controle das terras são dominados pelos homens, o que perpetua as desigualdades de gênero. Essa dificuldade afeta significativamente as suas capacidades produtivas, o que as impede de expandir as atividades agrícolas e obter melhores resultados econômicos.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres agricultoras é a falta de acesso aos recursos produtivos. Isso significa que não há acesso a insumos agrícolas de qualidade, como sementes de qualidade, fertilizantes e equipamentos adequados, fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrícolas. A falta de recursos financeiros afeta de maneira significativa a capacidade produtiva e tem um impacto direto na qualidade e quantidade dos produtos cultivados. Além disso, a falta de conhecimento sobre tecnologias agrícolas modernas e práticas sustentáveis também prejudica as mulheres agricultoras, que muitas vezes não têm acesso às informações e capacitações necessárias para aplicar técnicas agrícolas avançadas (Ribeiro, 2021). A falta de políticas e programas específicos que levem em consideração as necessidades das mulheres agricultoras, bem como a falta de capacitação em gestão financeira, limitam sua capacidade de acesso ao crédito, limitando o seu potencial de desenvolvimento e crescimento econômico (Carvelli; Parente, 2016).

A superação das desigualdades de gênero na agricultura do Tocantins requer o envolvimento de diversos atores, como o governo, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e o próprio setor privado, de modo a incentivar e despertar a consciência sobre a relevância da equidade de gênero



no desenvolvimento agrícola, bem como o fortalecimento de parcerias e redes que apoiem as mulheres agricultoras em suas demandas e lutas por igualdade (Benigno; Vieira; Oliveira, 2021).

No Tocantins, existem, aproximadamente, 42 mil famílias de agricultores familiares, que vivem em 540 assentamentos da Reforma Agrária (INCRA) e do Crédito Fundiário (SEAGRO). Essas famílias ocupam, aproximadamente, 120 mil postos de trabalho e apresentam 40% do valor total da produção agropecuária.

A agricultura familiar tem um papel relevante nas principais atividades econômicas do Tocantins, com muitos pequenos produtores e agricultores familiares trabalhando com dedicação e esforço para produzir alimentos saudáveis e de qualidade para seus consumidores e para a economia do estado. Apesar disso, eles enfrentam dificuldades, como a falta de acesso a crédito e tecnologias adequadas, mas programas como o Pronaf têm auxiliado a melhorar a situação (SEAGRO, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Munaretto, Corrêa e Cunha (2013), a pesquisa exploratória proporciona uma visão geral de um evento, buscando “padrões, ideias ou hipóteses, em vez de testar ou confirmar uma hipótese” (Collis; Hussey, 2005, p. 24). Esse foi o caminho utilizado para compreender o processo de empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins durante a contratação do crédito rural através do Pronaf Mulher.

Em primeiro lugar, identificamos os locais em que mulheres rurais tiveram acesso ao crédito rural. As contratações foram feitas nos municípios de Almas, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Dianópolis, Juarina, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Taguatinga. Nos anos de 2013 a 2020, foram realizadas 115 contratações, totalizando R\$ 436.118,78. A maioria das contratações concentrou-se na pecuária e somente na área de investimento, Ou seja, foram aplicados recursos financeiros em obras de infraestrutura, por mulheres agricultoras assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com limite de crédito de R\$ 330.000,00 a R\$ 800.000,00 (INCRA, 2020).

Após identificar as localidades das beneficiárias do crédito rural, o próximo passo seria entrevistá-las, utilizando a metodologia de História Oral, que, de acordo com Alberti (2013), tem como objetivo estudar eventos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.



a partir de depoimentos de pessoas que participaram ou testemunharam. Além da escuta, também se procurou verificar o processo de empoderamento dessas mulheres após a contratação do crédito.

As fontes orais são relacionadas a temas como memória, narrativa, subjetividade e diálogo, e requerem abordagens e procedimentos específicos para sua natureza e características particulares, tornando a história oral uma arte da escuta (Portelli, 2016). Dessa forma, a presente pesquisa utilizou fontes orais tendo em vista a particularidade desta pesquisa, cujo foco é à subjetividade.

A pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Gurupi (UnirG), que emitiu o parecer consubstanciado de número 4.444.652 autorizando a coleta de dados.

De acordo com Portelli (2016, p. 9), as fontes orais são “histórias individuais, informais e dialógicas, criadas no encontro entre o historiador e o narrador”. Este trabalho apresenta as narrativas das mulheres entrevistadas nas comunidades Vale Verde e Três Lagoas.

A comunidade Vale Verde é originária do assentamento rural Vale Verde, situado a dezoito quilômetros da área urbana da cidade de Gurupi, Tocantins (Santos *et al.*, 2011). Nessa comunidade, a pesquisa em questão foi realizada em 19 de junho de 2021, através de uma conversa com nove mulheres da comunidade que concordaram com a realização da entrevista. Os depoimentos foram coletados, de forma espontânea, por meio de um Roteiro de Entrevista composto por 30 questões, sendo 5 para traçar o perfil da entrevistada, 9 para avaliar o crédito rural e 16 para analisar o processo de empoderamento das beneficiárias.

A comunidade Três Lagoas é originária do assentamento rural Três Lagoas, situado no município de São Valério, a 288 quilômetros de distância da capital do estado, Palmas. A visita à comunidade ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2022, com a realização de três entrevistas, utilizando a metodologia de História Oral.

Após a coleta, realizou-se a transcrição e análise das conversas. Houve um processo de audição que favoreceu o diálogo entre as fontes (orais e documentais) e o referencial teórico. Thompson (2002) salienta que, nessa fase, deve-se estar atento às contradições e às convergências entre as fontes em relação ao conhecimento teórico; adverte que, quanto maior o conhecimento teórico existente, mais provável será a obtenção de informações históricas relevantes.



ANÁLISE E RESULTADOS

Nos anos de 2013 a 2018, as mulheres rurais do Tocantins contrataram o crédito rural Pronaf em diversos municípios. O Quadro 1 apresenta um levantamento desses municípios, incluindo a quantidade de contratos celebrados e o montante de recursos disponibilizados.

Quadro 1 | Relação dos municípios que contrataram o Pronaf Mulher (2013-2018)

Município	Qt. Contratos	Mont. Investimento (R\$)
Buriti do Tocantins	4	9.997,92
Augustinópolis	3	46.203,76
Araguatins	7	33.943,37
Sítio Novo do Tocantins	13	93.242,73
Arapoema	1	98.000,00
Juarina	3	60.231,00
Dois Irmãos do Tocantins	2	19.609,50
Almas	2	5.000,00
Dianópolis	23	57.500,00
Novo Jardim	1	2.500,00
Ponte Alta do Bom Jesus	38	95.000,00
Taguatinga	2	5.000,00
TOTAL	99	526.228,28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2018) e do Banco Central do Brasil (2018).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, verificou-se uma grande variação tanto no número de contratos firmados quanto nos valores envolvidos entre os municípios. Em alguns municípios, como Sítio Novo do Tocantins, Dianópolis e Ponte Alta de Bom Jesus, houve um grande número de contratos, enquanto em outros, como Novo Jardim, Arapoema, Taguatinga e Almas, tiveram um número menor de contratos. Além disso, verificou-se que os recursos disponíveis para cada contrato apresentaram uma grande diferença entre os municípios. Em termos de recursos, Arapoema apresentou o maior valor disponível para os contratos (R\$ 98.000,00) e Novo Jardim o menor (R\$ 2.500,00).

Ao se analisar a localização das beneficiárias do crédito Pronaf Mulher, verificou-se que elas estão distribuídas em diferentes regiões do estado, sobretudo na região Norte ou Centro-Sul, nos anos de 2013 a 2018. As características socioeconômicas de cada região têm um grande impacto na



demanda e utilização do crédito Pronaf Mulher. Na região de Araguaína, com uma economia mais diversificada, o crédito pode ter sido usado para financiar investimentos em diversas áreas, como a pecuária e o comércio. No entanto, na região de Miracema do Tocantins, onde a agricultura familiar é predominante, o crédito pode ter sido usado para a produção de alimentos para a subsistência e para as vendas em feiras locais.

De acordo com a pesquisa, os municípios com o maior número de contratos estão nas microrregiões de Bico do Papagaio e Araguaína, que têm uma população rural significativa e uma atividade predominantemente voltada para a agropecuária. Sendo assim, é importante notar que, nas áreas com maior concentração populacional rural, há um aumento significativo no número de contratos e no valor total contratado pelo Pronaf Mulher, o que indica que o programa está atingindo o seu público-alvo.

Além disso, é possível notar a influência das atividades econômicas predominantes em cada região na aquisição de crédito, sendo que as atividades agrícolas e pecuárias são, geralmente, as que estão associadas aos maiores contratos e montantes contratados. Em Dianópolis, região onde a agropecuária representa 2,2% da atividade econômica, foram celebrados 23 contratos, totalizando R\$ 57.500,00. Em Ponte Alta do Bom Jesus, município onde a agropecuária é 3% do total, 38 contratos foram celebrados, totalizando R\$ 95.000,00. Essas informações podem ser úteis para orientar políticas públicas e investimentos em atividades produtivas nas regiões analisadas.

Outro ponto observado foi que as áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* apresentaram uma maior dependência das atividades agrícolas e pecuárias, o que resultou numa maior demanda por crédito pelo Pronaf Mulher. Esses dados são relevantes para se compreender como as diferentes características socioeconômicas das regiões podem influenciar a contratação de crédito pelo Pronaf Mulher e direcionar as políticas públicas para atender as necessidades das populações rurais dessas regiões.

As mulheres entrevistadas na Comunidade Vale Verde revelaram algumas dimensões do empoderamento que estão presentes ou ausentes em suas experiências de busca pelo crédito. A primeira dimensão é o acesso a recursos financeiros, como o crédito e a possibilidade de investir na sua produção e negócios. Elas relataram dificuldades para obter o empréstimo, devido à exigência



de documentos e garantias que não possuem. Algumas mulheres afirmaram desconhecer o Pronaf Mulher e não saberem como acessá-lo. A dificuldade em obter recursos financeiros limita a sua capacidade competitiva no mercado e aumenta a vulnerabilidade econômica.

Outra dimensão do empoderamento que pode ser identificada é a capacitação e o conhecimento técnico, uma vez que as mulheres da comunidade relataram que nunca tiveram a oportunidade de participar de capacitações, o que prejudica a sua produção e capacidade de competir no mercado. O domínio técnico é crucial para a melhoria da qualidade e eficiência da produção, além de reduzir custos e aumentar a rentabilidade. No entanto, a falta de capacitação também pode resultar em isolamento e dificuldades para lidar com os desafios do dia a dia.

Uma das dimensões mais relevantes do empoderamento é a participação em espaços de diálogo e articulação comunitária, nas quais as mulheres relataram se sentirem solitárias e sem apoio para lidar com problemas do dia a dia. A falta de espaços para conversação e articulação comunitária limita suas capacidades de unir forças e encontrar soluções em conjunto para problemas comuns.

Sendo assim, os fatores que estimulam ou impedem o empoderamento dessas mulheres estão relacionados à falta de recursos financeiros e à capacitação técnica, bem como à falta de espaços de diálogo e articulação comunitária. A falta desses fatores contribuem para a vulnerabilidade econômica e social das mulheres, dificultando a capacidade de competir no mercado e enfrentar os desafios do dia a dia. Por outro lado, a existência de programas de financiamento para mulheres rurais, como o Pronaf Mulher, pode ser um estímulo para o empoderamento feminino, desde que haja informação e acesso a esse programa. Outra opção seria a criação de espaços de diálogo e articulação comunitária, o que pode incentivar o empoderamento, permitindo que as mulheres se unam e busquem soluções para seus problemas de forma conjunta.

Na microrregião de Dianópolis, a Comunidade Três Lagoas apresentou um cenário um pouco diferente. As mulheres entrevistadas nessa comunidade já haviam acessado o crédito rural Pronaf Mulher e tinham visões distintas a respeito da experiência. A senhora Rosário, proprietária de uma mercearia na comunidade, relatou a sua experiência com o recurso. Ela disse que adquiriu o recurso em 2015 e cumpriu integralmente o pagamento do crédito:



“Eu nunca imaginei que conseguiria acessar um crédito rural, ainda mais sendo uma senhora de mais de 55 anos e com pouca escola. Mas graças ao Pronaf Mulher, pude investir na minha venda, comprando produtos e comprei até mesmo uma vaca. Além disso, consegui ajudar meu filho que estava passando por dificuldades financeiras. Esse dinheiro realmente mudou minha vida e sou muito grata por ter tido essa oportunidade”.

A análise das palavras revela uma variedade de dimensões de empoderamento feminino preconizadas pelos autores mencionados. O Pronaf Mulher proporcionou à mulher em questão uma maior capacidade de escolha, permitindo que tomasse decisões e agisse para alcançar seus objetivos e necessidades, o que é fundamental para o empoderamento, de acordo com Sen (2000). Com base em Kabeer (1999), entende-se que ao investir nas atividades rurais e comercializar seus produtos na cidade a situação financeira da mulher melhorou, um aspecto relevante do empoderamento econômico. O acesso ao crédito também permitiu que ela tivesse mais opções de escolha e crescimento pessoal, fatores que, de acordo com Nussbaum (2012), favoreceram o empoderamento feminino. A fala também demonstra que o Pronaf Mulher proporcionou à senhora Rosário uma maior participação na vida econômica e social de sua comunidade, o que é relevante para o empoderamento participativo, de acordo com Chambers (1994).

No entanto, um dos fatores que pode ser considerado um impedimento é a falta de acesso a dados e recursos para as mulheres, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso pode impedi-las de desenvolver seus negócios e melhorar a sua qualidade de vida. Além disso, a cultura patriarcal, presente em diversas sociedades, pode inibir a busca por oportunidades de empreendedorismo e gestão financeira, especialmente para mulheres com mais idade ou nível educacional inferior.

A senhora Zenai disse que reside na comunidade, mas os dois filhos estudam em outro município. Ela disse que o dinheiro do Pronaf Mulher auxiliou na manutenção de algumas atividades rurais, como a criação de aves e suínos, que foram comercializados na cidade.

“O Pronaf Mulher foi uma grande oportunidade para mim e para minha família. Mesmo vivendo na comunidade, meus dois filhos estudam em outro município e isso gera muitos gastos. Com o dinheiro do crédito, pude investir nas atividades da roça, como a criação de aves e suínos, e assim, conseguir comercializar esses produtos na cidade. Isso fez uma grande diferença para nós e nos permitiu manter as despesas da família em dia. Sou muito grata por ter tido acesso a esse crédito”.



A dimensão econômica é clara, uma vez que o acesso ao crédito permitiu que ela investisse em sua atividade produtiva, gerando renda suficiente para sustentar a família. O empoderamento social também foi demonstrado, uma vez que essa mulher pode comercializar seus produtos na cidade e se tornar uma empreendedora mais ativa na comunidade. No que diz respeito à dimensão política, o acesso ao crédito contribuiu para o desenvolvimento de maior autonomia em relação às suas decisões financeiras, reduzindo a dependência de outros recursos externos. A dimensão cultural também ficou evidente, uma vez que ela pode desenvolver e fortalecer suas tradições culturais, como a criação de animais na roça, e transmiti-las para as gerações futuras.

Além disso, a disponibilidade do Pronaf Mulher foi um fator que auxiliou na obtenção de crédito para investir em suas atividades agrícolas e comercializar seus produtos na cidade. Isso corrobora a ideia de que iniciativas voltadas ao empoderamento feminino podem proporcionar oportunidades para mulheres que, anteriormente, não tinham acesso a recursos financeiros.

Outro fator que pode ser considerado estimulante é a capacidade empreendedora das mulheres em buscar alternativas para aumentar a renda e sustentar a família, demonstrando que elas são capazes de influenciar de forma efetiva a mudança em suas comunidades, sem se importar com as circunstâncias. No entanto, um dos obstáculos para esse processo é a falta de acesso a recursos e informações sobre iniciativas de empoderamento feminino, especialmente em áreas rurais e distantes dos centros urbanos, o que impede que as mulheres invistam em seus negócios e melhorem a sua qualidade de vida.

Ademais, a falta de apoio social e familiar pode ser um fator relevante, uma vez que as mulheres enfrentam pressões para se dedicar exclusivamente aos cuidados domésticos e à família, sem a possibilidade de buscar alternativas para aumentar a renda e melhorar a situação financeira.

Outrossim, tivemos a oportunidade de entrevistar Dona Isaura, uma mulher aposentada e viúva, que reside na comunidade, com um neto. Ela contou que conseguiu o empréstimo com a ajuda de sua filha e, com o dinheiro, comprou um pequeno plantel de animais para sua propriedade. A subsistência de Dona Isaura se dá através da venda de animais e da renda proveniente da aposentadoria.



“Foi graças ao Pronaf Mulher que eu pude investir na criação de mais animais e garantir uma renda extra para mim e para o meu neto. Eu sou aposentada e viúva, e viver apenas com a minha aposentadoria era difícil. Com a ajuda da minha filha, consegui acessar o crédito e, hoje, consigo viver da venda dos animais além do dinheiro da minha aposentadoria. Só tenho a agradecer por essa oportunidade que o Pronaf Mulher me deu”.

Além das falas das outras duas entrevistadas, também estão presentes algumas formas de empoderamento propostas pelos autores mencionados. Sen (2000) enfatiza a importância da liberdade e das oportunidades para o empoderamento. Dessa forma, é possível notar que Dona Isaura teve a oportunidade de acessar o Pronaf Mulher e investir na criação de animais, o que lhe permitiu obter uma renda adicional e melhorar sua qualidade de vida. Essas oportunidades demonstram a relevância da liberdade como um elemento fundamental para o empoderamento. Kabeer (1999) salienta a relevância da capacidade de tomar decisões e da autonomia como aspectos fundamentais do empoderamento. A mulher demonstra que buscou alternativas para aumentar o rendimento, apesar das dificuldades por conta de ser aposentada e viúva.

De acordo com Nussbaum (2012), a igualdade e a justiça são elementos fundamentais do empoderamento. Segundo a fala de Dona Isaura, é possível nota que o Pronaf Mulher ofereceu a possibilidade de acesso a recursos financeiros para as mulheres que, anteriormente, não a tinham, o que pode contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero e para uma distribuição mais justa dos recursos.

Chambers (1994) enfatiza a importância da participação e do envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento como elementos fundamentais para o empoderamento. Na conversa, a entrevistada demonstra ter conseguido o crédito com a ajuda da filha, o que indica que a família e a rede de apoio social são importantes para permitir o empoderamento das mulheres.

Outro fator que pode ser considerado um fator impulsionador é a capacidade empreendedora da mulher em buscar alternativas para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida, apesar das dificuldades enfrentadas por ser aposentada e viúva. Isso demonstra a capacidade das mulheres de serem agentes ativos de mudança em suas vidas, independentemente das circunstâncias.

Contudo, a falta de conhecimento e recursos adequados impedem o progresso e a autossuficiência das mulheres, limitando suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Essa



limitação as impede de buscar alternativas para melhorar suas condições financeiras e de vida, o que afeta negativamente o seu empoderamento e a capacidade de transformação. É fundamental enfrentar a deficiência de recursos e conhecimento, fornecendo às mulheres as ferramentas necessárias para superar esses obstáculos e alcançar a plena autonomia e independência.

Dessa forma, é relevante investir em iniciativas que ofereçam oportunidades e apoio às mulheres, especialmente aquelas mais idosas e com pouca instrução, para que possam ter acesso a recursos e informações e se tornar agentes ativos de mudanças em suas vidas. A análise mostrou que as dimensões do empoderamento são enfatizadas pelos autores e que é necessário superar os obstáculos que impedem o empoderamento feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a eficácia do Pronaf como política de crédito no Tocantins durante os anos de 2013 a 2020, buscando identificar o perfil das beneficiárias do crédito rural Pronaf no estado, compreender se o objetivo da linha de crédito Pronaf foi alcançado na promoção do desenvolvimento feminino nas regiões tocantinenses e compreender o processo de empoderamento junto às mulheres que receberam o crédito rural Pronaf.

Ao analisarmos os documentos, constatamos que a maior parte das contratações de crédito ocorreu na pecuária e no investimento em infraestrutura por mulheres agricultoras assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e Beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Os resultados da pesquisa revelaram uma série de desafios a serem enfrentados para tornar o acesso ao crédito mais democrático e equitativo, sobretudo para mulheres que enfrentam dificuldades tecnológicas e de acesso à informação. Isso se deve ao fato de que as falas dessas mulheres demonstram a relevância do acesso a informações, capacitação e recursos financeiros para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas.

A falta de informação é apontada por diversas mulheres como um fator relevante e desfavorável para a realização de suas atividades econômicas. Elas salientam a necessidade de ter acesso a dados sobre as tendências de mercado, tecnologias e técnicas agrícolas, bem como os direitos e políticas públicas destinadas às mulheres rurais.



A capacitação é outra necessidade relevante para essas mulheres. A maioria das entrevistadas disse que não teve acesso à educação profissional e que gostaria de adquirir mais conhecimento sobre gestão financeira, administração de negócios e liderança. A educação nesses campos pode potencializar as capacidades individuais e coletivas, permitindo que elas assumam um papel mais ativo nas atividades econômicas e nas suas comunidades.

O acesso a recursos financeiros é uma ferramenta essencial para o empoderamento econômico das mulheres rurais do Tocantins. No entanto, elas têm dificuldades para obter crédito e recursos financeiros para investir em suas atividades econômicas. A oferta de linhas de crédito específicas para mulheres rurais, com taxas de juros acessíveis, pode contribuir para que elas assumam o controle das suas atividades econômicas e aumentem a sua renda.

Dessa forma, ao incentivar o empoderamento dessas mulheres, é importante levar em conta não apenas suas necessidades financeiras, mas também sua saúde, educação e participação social. As mulheres rurais do Tocantins têm a capacidade de se empoderar e transformar suas comunidades, tornando-se agentes de mudança e lideranças nas suas regiões. O empoderamento feminino requer uma abordagem ampla e abrangente, que leve em conta seus diversos aspectos de vida e necessidades, de modo a auxiliá-las em seu processo de transformação pessoal e social.

A promoção do empoderamento das mulheres rurais deve estar articulada com a política de incentivo e acesso, tendo em vista a teoria do lugar de fala. É relevante considerar que as mulheres rurais têm experiências e perspectivas únicas, e devem ter voz nas decisões que afetam suas vidas. O empoderamento dessas mulheres é uma forma de aumentar o poder das suas vozes e de influenciar as políticas públicas que as afetam.

A política de incentivo, aliada à política de acesso, é uma forma de assegurar que as mulheres rurais do Tocantins tenham as ferramentas necessárias para se empoderar. Uma das metas da política de acesso é assegurar que todos tenham acesso a bens e serviços essenciais, como educação, saúde e habitação. O objetivo da política de incentivo ao crédito é incentivar o crescimento econômico e social, por meio de medidas fiscais, financeiras, regulatórias e de investimento que visam aumentar a competitividade e a inovação. Ambas garantiriam o acesso a bens e serviços essenciais, capacitando as pessoas, tornando-as mais competitivas e inovadoras.



Ao incentivar o crescimento econômico e social, as políticas de incentivo podem gerar mais oportunidades e recursos para garantir o acesso a bens e serviços essenciais para todos. No entanto, é importante que essas políticas sejam desenvolvidas de forma participativa, tendo em vista as necessidades específicas das mulheres rurais do Tocantins e reconhecendo sua importância como agentes de mudança em suas comunidades.

Sendo assim, para o empoderamento das mulheres rurais do Tocantins e o desenvolvimento socioeconômico do estado, é fundamental a implementação de políticas de incentivo e de acesso ao Pronaf Mulher, que levem em conta a Teoria do Lugar de Fala, com o objetivo de promover a inclusão econômica e social dessas mulheres, assegurando-lhes a capacidade de expressar suas opiniões e serem ouvidas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Revisada atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Institucional**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2020

BENIGNO, Gabriel Oliveria Loiola; VIEIRA, Diego Mota; OLIVEIRA, Jessica Eloisa de. Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos *stakeholders* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Revista Administração Pública**, v. 55, n. 2, mar./ abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190398>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, 159 p.

BRITO, Marisa de Sousa. **Políticas públicas para a agricultura familiar: análise do Pronaf nas comunidade de Balsas – Maranhão**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2352>. Acesso em: 23 maio 2023.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam (orgs.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CALADO, Camila; SILVA, Valéria. Agricultura, gênero e reprodução social: Modos de vida das mulheres rurais em contextos de expansão do agronegócio. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 79-107, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27532. Acesso em: 15 jul. 2022.

CARVELLI, Cláudia da Luz; SANTOS, Moacir José dos. Efetivação das políticas públicas no assentamento rural Vale Verde. **Revista Cereus**, Gurupi, v. 8, n. 2, p. 63-82, maio/ ago. 2016. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/1096/444>. Acesso em: 28 mai. 2023.

CHAMBERS, Robert. Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm. **World Development**, v. 22, n.10, p. 1437-154, 1994. Disponível em: <http://sergiorosendo.pbworks.com/f/>



Chambers%2Bon%2Bthe%2Bchallenges%2Band%2Bpotential%2Bof%2BPRA.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

COELHO, Leonardo. Poder do Estado: papel e conceitos. **Politize!**, Florianópolis, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/poder-do-estado/><https://www.politize.com.br/poder-do-estado/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

COLLIS, Jills; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GAMA, José Batista da. **O Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos**: instrumentos de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Petrolina-PE. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: <https://www.novoscurios.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Jos%C3%A9-Batista-da-Gama.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16405/000696957.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jan. 2022.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.

KABEER, Naila. The conditions and consequences of choice: reflections on the measurement of women’s empowerment. **United Nations Research Institute for Social Development Discussion Paper**, n. 108, ago. 1999. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/28994/dp108.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

LAGARDE, Marcela. El género: la perspectiva de género. *In.*: LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo**: desarrollo humano y democracia. Espanha: Ed. Horas y Horas, 1996, p. 13-38.

MUNARETTO, Lorimar Francisco; CORRÊA, Hamilton Luiz; CUNHA, Júlio Araújo Carneiro da. Um estudo sobre as características do Método Delphi e do Grupo Focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 6, n.1, p. 9-24, jan./mar, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/6243/pdf/41467>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NASCIMENTO, Renan Loureiro Xavier; SOUZA, Camilo Cavalcante de; OLIVEIRA, Marcos Antonio das Neves de. **Caderno de Caracterização Estado do Tocantins** – Área de Gestão Estratégica. Brasília, DF: Codevasf, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-do-tocantins.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano el enfoque de las capacidades**. Barcelona: Herder editorial, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, Marluce Côrrea. Os desafios das mulheres no agro. **Agromulher**, [S. l.], 05 fev. 2021. Disponível em: <https://portal.agromulher.com.br/os-desafios-das-mulheres-no-agro/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SANTOS, Jacinto Pereira; PEREIRA, Shara Emanuella Alves de Souza; VERONESE, Elizabeth Steagall Mariano; IZARIAS, Luan Gervazio. Uso de imagens dos satélites CBERS 2 e IRS P6 para identificação e quantificação de áreas desmatas no município de Gurupi –TO. *In.*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: INPE, 2011, p. 2863-2869. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268417712_Uso_de_Imagens_dos_



satelites_CBERS_2_e_IRS_P6_para_identificacao_e_quantificacao_de_areas_desmatas_no_municipio_de_Gurupi_-TO. Acesso em: 28 mai. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, jan./ abr. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561004/572966561004.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2022.

SEAGRO. Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Agricultura Familiar**. [2002?]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/agricultura-familiar/6da2iujvhgj1>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Alessandra Maria da. **O Pronaf como meio de empoderamento da mulher rural** – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo. 2019.Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/producao-vegetal/wp-content/uploads/sites/10/2019/07/Tese-Alessandra-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SPANNEVELLO, Rosani Marisa; FAGUNDES, Caroline Casa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 2012-235, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561012/html/>. Acesso em: 23 jan. de 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WRITZL, Darlan Nei. **Distribuição de recursos do PRONAF**: análise a partir de indicadores socioeconômicos e características do meio rural gaúcho. 2021. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4738>. Acesso em: 27 jun. 2023

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15005>. Acesso em: 28 jun. 2023.

